

Continuação — Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é mensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

Arrendamentos de curto prazo de ativos de baixo valor A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo de máquinas e equipamentos, ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra. Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. **2.11 Redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros** O imobilizado, e outros ativos não circulantes, são revisados anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor contábil é calculado pela verificação se há perdas a reconhecer. A perda é reconhecida pelo balanço patrimonial e o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente. **2.12 Provisões** As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor passivo seja feita. As provisões para contingências estão constituídas por valores atualizados, referentes a questões fiscais, cíveis, ambientais e trabalhistas, com base nas estimativas de perdas estabelecidas pelos assessores jurídicos da Companhia. **2.13 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido** As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os tributos corrente e diferido. Os tributos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado. O tributo corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base nelas, e sobre as diferenças temporárias e os correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social (Nota 24). Os créditos tributários diferidos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para serem utilizados na compensação das diferenças temporárias e/ou prejuízos fiscais, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. Os tributos diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade ou tributária ou diferentes entidades tributáveis sob a intenção de liquidar os saldos numa base líquida. **2.14 Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes** Os outros ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos. Os outros passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, das variações nas taxas de câmbio e das variações monetárias incorridas. **2.15 Imposto de renda e contribuição social diferido** O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base nelas, e sobre as diferenças temporárias e os correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social (Nota 24). Os créditos tributários diferidos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para serem utilizados na compensação das diferenças temporárias e/ou prejuízos fiscais, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. Os tributos diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade ou tributária ou diferentes entidades tributáveis sob a intenção de liquidar os saldos numa base líquida. **2.15 Operações e passivos circulantes e não circulantes** Os outros ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos. Os outros passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, das variações nas taxas de câmbio e das variações monetárias incorridas. **2.16 Reconhecimento da receita e apuração do resultado** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. O reconhecimento da receita ocorre quando se transfere o controle do produto ao cliente e o valor pode ser medido com segurança. **2.17 Estimativas e passivos econômicos futuros fluído para a entidade e quando critérios específicos ("obrigação de desempenho")** Inverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir: (i) **Venda de produtos** A receita operacional da venda de produtos no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens tenham sido transferidos para o comprador, de que seja provável que os benefícios econômico-financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias possam ser estimados de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os produtos vendidos e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. (ii) **Venda de energia elétrica** A receita proveniente da venda da geração de energia elétrica é registrada com base na energia assegurada e com tarifas específicas nos termos do contrato de fornecimento ou no preço do mercado em vigor, conforme o caso. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens tenham sido transferidos para o comprador, de que seja provável que os benefícios econômico-financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias possam ser estimados de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os produtos vendidos e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. (iii) **Receita financeira** A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. (iv) **Demais receitas e despesas/custos** As demais receitas e despesas/custos são reconhecidas no resultado de acordo com o regime contábil de competência de exercícios. **3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos** As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, condições econômicas e circunstâncias. **3.1 Estimativas e premissas contábeis críticas** Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo. (a) **Valor justo do ativo biológico** O valor justo do ativo biológico da Companhia representa o valor presente dos fluxos de caixa líquidos estimados para os ativos, o qual é determinado por meio de análises de premissas. (b) **Taxa incremental dos arrendamentos e parcerias agrícolas a pagar** Os direitos de uso e passivos de arrendamentos e parcerias agrícolas são mensurados ao valor presente com base em fluxos de caixa descontados por meio de taxa incremental de empréstimo. Essa taxa média ponderada de empréstimo envolve estimativa, uma vez que consiste na taxa que o arrendatário teria que pagar em um empréstimo para levantar os fundos necessários para obter um ativo de valor semelhante, em um ambiente econômico similar, com termos e condições equivalentes e em função do risco de crédito do arrendatário, do prazo do contrato e das garantias oferecidas. **3.2 Julgamentos críticos na aplicação das práticas contábeis da Companhia** A Companhia avalia seu ativo biológico ao valor justo menos o custo de venda, conforme orientações do CPC 29. Essa avaliação considera a melhor estimativa da Companhia na determinação das premissas utilizadas para o cálculo do valor presente dos fluxos de caixa da cana-de-açúcar na data das demonstrações financeiras. Essas premissas diferem substancialmente de: (i) produtividade estimada desses canaviais, (ii) quantidade de açúcar total recuperável (ATR) por tonelada de cana-de-açúcar, (iii) preços futuros estimados do ATR, (iv) custos necessários para manutenção do canalvia (tratos culturais), custo da terra utilizada (aluguel ou parceria) e custos correspondentes ao corte, carregamento e transporte dessa cana-de-açúcar. O resultado apurado para o valor justo do ativo biológico da Companhia pode ser substancialmente diferente do resultado apresentado caso algumas dessas premissas não se confirmem. **4. Custo de risco financeiro** 4.1 **Caixa e equivalentes de caixa** Caixa e equivalentes de caixa são depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos inferiores de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa. **4.2 Fatores de risco financeiro** Os principais fatores de risco a que a Companhia e suas controladas estão expostas refletem aspectos estratégico-operacionais e econômico-financeiros. Os riscos estratégico-operacionais (tais como, entre outros, comportamento de demanda, concorrência e mudanças relevantes na estrutura da indústria) são gerenciados pelo seu modelo de gestão. Os riscos econômico-financeiros refletem, principalmente, o comportamento de variáveis macroeconômicas, como taxas de câmbio e de juros, bem como as características dos instrumentos financeiros que a Companhia e suas controladas utilizam. Esses riscos são administrados por meio de políticas de controle e monitoramento, estratégias específicas e determinação de limites. A Companhia e suas controladas possuem uma política conservadora de gestão dos recursos, instrumentos e riscos financeiros monitorados pela alta administração, sendo que esta prática possui como principais objetivos preservar o valor e a liquidez dos ativos financeiros e garantir recursos financeiros para o bom andamento dos negócios, incluindo suas expansões. Os principais riscos financeiros considerados pela gestão da administração são o risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado. **4.3 Risco de crédito** Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia e de suas controladas caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia e de suas controladas de clientes e em títulos de investimento. Na gestão do risco de crédito em relação a clientes, em um ambiente econômico similar, com termos e condições semelhantes, a análise de situações financeiras e patrimonial de seus clientes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente da carteira em aberto. De forma geral, o direcionamento dos negócios é tratado em reuniões para tomadas de decisões, acompanhamento dos resultados e adequações das estratégias estabelecidas, visando manter os resultados esperados. A concentração de clientes por produto está demonstrada a seguir:

Produto	Controladora		Consolidado	
	Quantid. de clientes	Porcen. taagem	Quantid. clientes	Porcentagem
Açúcar	6	65%	6	64%
Energia elétrica	36	23%	37	4%
Oleo diesel	27	4%	27	4%

Valor contábil ou menos	2024		2023		Mais que anos
	12 meses	1-2 anos	12 meses	1-2 anos	
Fornecedores	70.634	58.834	856	784	10.160
Empréstimos e financiamentos	144.357	100.853	24.362	6.564	12.578
Outros passivos	278.908	89.025	63.294	126.589	5.809
Outros investimentos a pagar	16.620	13.259	190	574	2.597

Valor contábil ou menos	2024		2023		Mais que anos
	12 meses	1-2 anos	12 meses	1-2 anos	
Fornecedores	49.636	18.363	5	16	7.977
Empréstimos e financiamentos	1.072.302	116.357	72.606	816.209	67.130
Outros passivos	23.683	15.790	2.051	4.954	888
Outros investimentos a pagar	34.469	18.466	160	304	15.539

Valor contábil ou menos	2024		2023		Mais que anos
	12 meses	1-2 anos	12 meses	1-2 anos	
Fornecedores	75.766	63.947	856	784	10.169
Empréstimos e financiamentos	144.357	100.853	24.362	6.564	12.578
Outros passivos	278.908	89.025	63.294	126.589	5.809
Outros investimentos a pagar	16.649	13.288	190	574	2.597

Valor contábil ou menos	2024		2023		Mais que anos
	12 meses	1-2 anos	12 meses	1-2 anos	
Fornecedores	71.179	47.628	1.190	4.022	7.619
Empréstimos e financiamentos	1.072.302	116.357	72.606	816.209	67.130
Outros passivos	23.701	15.808	2.051	4.954	888
Outros investimentos a pagar	34.469	18.466	160	304	15.539

Valor contábil ou menos	2024		2023		Mais que anos
	12 meses	1-2 anos	12 meses	1-2 anos	
Fornecedores	75.766	63.947	856	784	10.169
Empréstimos e financiamentos	1.072.302	116.357	72.606	816.209	67.130
Outros passivos	23.701	15.808	2.051	4.954	888
Outros investimentos a pagar	34.469	18.466	160	304	15.539

Valor contábil ou menos	2024		2023		Mais que anos
	12 meses	1-2 anos	12 meses	1-2 anos	
Fornecedores	71.179	47.628	1.190	4.022	7.619
Empréstimos e financiamentos	1.072.302	116.357	72.606	816.209	67.130
Outros passivos	23.701	15.808	2.051	4.954	888
Outros investimentos a pagar	34.469	18.466	160	304	15.539

Valor contábil ou menos	2024		2023		Mais que anos
	12 meses	1-2 anos	12 meses	1-2 anos	
Fornecedores	71.179	47.628	1.190	4.022	7.619
Empréstimos e financiamentos	1.072.302	116.357	72.606	816.209	67.130
Outros passivos	23.701	15.808	2.051	4.954	888
Outros investimentos a pagar	34.469	18.466	160	304	15.539

Valor contábil ou menos	2024		2023		Mais que anos
	12 meses	1-2 anos	12 meses	1-2 anos	
Fornecedores	71.179	47.628	1.190	4.022	7.619
Empréstimos e financiamentos	1.072.302	116.357	72.606	816.209	67.130
Outros passivos	23.701	15.808	2.051	4.954	888
Outros investimentos a pagar	34.469	18.466	160	304	15.539

Valor contábil ou menos	2024		2023		Mais que anos
	12 meses	1-2 anos	12 meses	1-2 anos	
Fornecedores	71.179	47.628	1.190	4.022	7.619
Empréstimos e financiamentos	1.072.302	116.357	72.606	816.209	67.130
Outros passivos	23.701	15.808	2.051	4.954	888
Outros investimentos a pagar	34.469	18.466	160	304	15.539

Valor contábil ou menos	2024		2023		Mais que anos
	12 meses	1-2 anos	12 meses	1-2 anos	
Fornecedores	71.179	47.628	1.190	4.022	7.619
Empréstimos e financiamentos	1.072.302	116.357	72.606	816.209	67.130
Outros passivos	23.701	15.808	2.051	4.954	888
Outros investimentos a pagar	34.469	18.466	160	304	15.539

Valor contábil ou menos	2024		2023		Mais que anos
	12 meses	1-2 anos	12 meses	1-2 anos	
Fornecedores	71.179	47.628	1.190	4.022	7.619
Empréstimos e financiamentos	1.072.302	116.357	72.606	816.209	67.130
Outros passivos	23.701	15.808	2.051	4.954	888
Outros investimentos a pagar	34.469	18.466	160	304	15.539

Valor contábil ou menos	2024		2023		Mais que anos
	12 meses	1-2 anos	12 meses	1-2 anos	
Fornecedores	71.179	47.628	1.190	4.022	7.619
Empréstimos e financiamentos	1.072.302	116.357	72.606	816.209	67.130
Outros passivos	23.701	15.808	2.051	4.954	888
Outros investimentos a pagar	34.469	18.466	160	304	15.539

Valor contábil ou menos	2024		2023		Mais que anos
	12 meses	1-2 anos	12 meses	1-2 anos	
Fornecedores	71.179	47.628	1.190	4.022	7.619
Empréstimos e financiamentos	1.072.302	116.357	72.606	816.209	67.130
Outros passivos	23.701	15.808	2.051	4.954	888
Outros investimentos a pagar	34.469	18.466	160	304	15.539

Valor contábil ou menos	2024		2023		Mais que anos
	12 meses	1-2 anos	12 meses	1-2 anos	
Fornecedores	71.179	47.628	1.190	4.022	7.619
Empréstimos e financiamentos	1.072.302	116.357	72.606	816.209	67.130
Outros passivos	23.701	15.808	2.051	4.954	888
Outros investimentos a pagar	34.469	18.466	160	304	15.539

Valor contábil ou menos	2024		2023		Mais que anos
	12 meses	1-2 anos	12 meses	1-2 anos	
Fornecedores	71.179	47.628	1.190	4.022	7.619
Empréstimos e financiamentos	1.072.302	116.357	72.606	816.209	67.130
Outros passivos	23.701	15.808	2.051	4.954	888
Outros investimentos a pagar	34.469	18.466	160	304	15.539

Valor contábil ou menos	2024		2023		Mais que anos
	12 meses	1-2 anos	12 meses	1-2 anos	
Fornecedores	71.179	47.628	1.190	4.022	7.619
Empréstimos e financiamentos	1.072.302	116.357	72.606	816.209	67.130
Outros passivos	23.701	15.808	2.051	4.954	888
Outros investimentos a pagar	34.469	18.466	160	304	15.539

Valor contábil ou menos	2024		2023		Mais que anos
	12 meses	1-2 anos	12 meses	1-2 anos	
Fornecedores	71.179	47.628	1.190	4.022	7.619
Empréstimos e financiamentos	1.072.302	116.357	72.606	816.209	67.130
Outros passivos	23.701	15.808	2.051	4.954	888
Outros investimentos a pagar	34.469	18.466	160	304	15.539

Valor contábil ou menos	2024		2023		Mais que anos
	12 meses	1-2 anos	12 meses	1-2 anos	
Fornecedores	71.179	47.628	1.190	4.022	7.619
Empréstimos e financiamentos	1.072.302	116.357	72.606	816.209	67.130
Outros passivos	23.701	15.808	2.051	4.954	888
Outros investimentos a pagar	34.469	18.466	160	304	15.539

Valor contábil ou menos	2024		2023		Mais que anos
	12 meses	1-2 anos	12 meses	1-2 anos	
Fornecedores	71.179	47.628	1.190	4.022	7.619
Empréstimos e financiamentos	1.072.302	116.357	72.606	816.209	67.130
Outros passivos	23.701	15.808	2.051	4.954	888
Outros investimentos a pagar	34.469	18.466	160	304	15.539

Valor contábil ou menos	2024		2023		Mais que anos
	12 meses	1-2 anos	12 meses	1-2 anos	
Fornecedores	71.179	47.628	1.190	4.022	7.619
Empréstimos e financiamentos	1.072.302	116.357	72.606	816.209	67.130
Outros passivos	23.701	15.808	2.051	4.954	888
Outros investimentos a pagar	34.469	18.466	160	304	15.539

Valor contábil ou menos	2024		2023		Mais que anos
	12 meses	1-2 anos	12 meses	1-2 anos	
Fornecedores	71.179	47.628	1.190	4.022	7.619
Empréstimos e financiamentos	1.072.302	116.357	72.606	816.209	67.130
Outros passivos	23.701	15.808	2.051	4.954	888
Outros investimentos a pagar	34.469	18.466	160	304	15.539

Valor contábil ou menos	2024		2023		Mais que anos
	12 meses	1-2 anos	12 meses	1-2 anos	
Fornecedores	71.179	47.628	1.190	4.022	7.619
Empréstimos e financiamentos	1.072.302	116.357	72.606	816.209	67.130
Outros passivos	23.701	15.808	2.051	4.954	888
Outros investimentos a pagar	34.469	18.466	160	304	15.539

Valor contábil ou menos	2024		2023		Mais que anos
	12 meses	1-2 anos	12 meses	1-2 anos	
Fornecedores	7				

19. Salários e encargos sociais	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Obrigações com pessoal	9.639	6.430	9.639	6.430
Obrigações com conselheiros	93	60	93	60
Contribuições sindicais	-	-	-	-
e assistências	744	706	744	706
FGTS a recolher	661	579	661	579
INSS a recolher	1.666	9.200	1.666	9.200
Provisões de férias,	-	-	-	-
13º salários e PLR	28.157	17.933	28.157	17.933
Encargos sobre provisões de férias, 13º salários e PLR	-	-	-	-
1.730	1.011	1.730	1.011	
42.690	35.919	42.690	35.919	
(42.397)	(35.573)	(42.397)	(35.573)	
Passivo circulante	293	346	293	346
Passivo não circulante	-	-	-	-

Parcelamento INSS e FGTS	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Parcelamento INSS e FGTS	9.005	4.015	9.005	4.015
Parcelamento ICMS	25.573	45.902	25.573	45.902
Parcelamento de impostos – Refis17.737	14.350	21.068	14.350	21.068
Parcelamento QuitaPGFN	-	-	-	-
Parcelamento Auto	-	-	-	-
Infração Ambiental	24	29	41	50

Parcelamento Dívida ativa	111		206		111		206	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Parcelamento Dívida ativa	52.450	89.184	55.798	92.961	-	-	-	-
Passivo circulante	(20.679)	(50.393)	(21.150)	(50.862)	-	-	-	-
Passivo não circulante	31.771	38.791	34.648	42.099	-	-	-	-

27. Receita líquida	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Receita de vendas de açúcar	1.380.256	1.123.299	1.380.256	1.123.299
Receita de vendas de etanol hidratado	485.836	528.066	485.836	528.066
Receita de vendas de diesel	-	32.739	-	32.739
Receita de energia	76.796	67.533	76.796	67.533
Receita de Crédito de Descarbonização - CBIO	27.649	19.086	27.649	19.086
Receita de vendas de cana-de-açúcar	56.303	20.539	56.303	20.539
Receita de bagaço de cana-de-açúcar	3.296	1.961	3.296	1.961
Receita de vendas de produtos agrícolas (i)	106.664	-	106.664	-
Outras receitas	2.793	6.935	2.793	6.935
2.139.593	1.767.419	2.172.332	1.820.622	

caso de adimplência no pagamento das debentures e alongamento do prazo das parcelas aos credores opção C para 25 anos, conforme acordo de reestruturação (Nota 1.4). (ii) Descontos obtidos de saldo remido dos credores UPI classificados na Opção B do Acordo de reestruturação (Nota 1.4) e negociação de liquidação de empréstimos bancários nas modalidades ACC e pro-renova. (iii) Atualização de juros conforme cronograma de pagamentos e classe de credores listados no Plano de recuperação judicial. **31. Compromissos de compra e venda** A Companhia e suas controladas estabelecem compromissos diversos no curso normal de suas atividades. Apresentamos, a seguir, aqueles que merecem destaque nas presentes demonstrações financeiras: Contrato de fornecimento de açúcar Mediante contrato de compra e venda, a Companhia assumiu o compromisso de fornecimento de açúcar a ser produzido até a safra 2026/27, e com condição de preço de referência a ser fixado por *Against Actuals* - AA's ou por Ordens Executáveis - SEO'S, na bolsa de *New York* - NYBOT, resultando em 31/03/2024 nos seguintes saldos remanescentes a serem entregues:

20. Impostos e contribuições a recolher	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Funrural a recolher	18	121	18	121
IRRF e Contribuições	-	-	-	-
retidas na fonte	1.785	901	1.785	901
ISS a Recolher	289	108	289	108
IR e CS	3.691	1.161	3.691	1.245
Débitos fiscais em dívida ativa	344.292	334.066	371.869	360.041
Pis/Cofins sobre demais receitas	5.138	(238)	5.138	(238)
Passivo circulante	355.213	336.119	382.790	362.178
Passivo não circulante	-	-	-	-

Controladora	Liberações		principal	Pagamentos	Pagamentos	Apropriação encargos financeiros	Saldo em 31 de março de 2023
	2024	2023					
Parcelamento INSS e FGTS	4.015	6.492	(1.745)	(238)	481	9.005	
Parcelamento ICMS	45.902	-	(18.486)	(2.461)	618	25.573	
Parcelamento de impostos - Refis	14.350	5.970	(3.751)	(662)	1.829	17.736	
Parcelamento QuitaPGFN	24.682	-	(21.746)	(3.156)	221	1	
Parcelamento Auto	29	400	(404)	(71)	70	24	
Parcelamento Dívida ativa	206	-	(71)	(24)	-	111	
89.184	12.862	(46.203)	(6.612)	3.219	52.450		
(50.393)	-	-	-	-	(20.679)		
38.791	-	-	-	-	31.771		

25. Provisão para Demandas Judiciais (Controladora e Consolidado)	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Outros	14.782	12.958	-	-
IRPJ e CSLL apurados	247.065	(133.997)	-	-
Correntes	(21.024)	(2.166)	-	-
Diferidos	(228.400)	136.163	-	-
IRPJ e CSLL no resultado	(249.424)	133.997	-	-
Taxa efetiva - %	33%	129%	-	-

23. Outros investimentos a pagar	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
PESA - Plano Especial de Saneamento de Ativos	18.156	18.156	18.156	18.156
Contas a pagar UPI Campestre	200	1.585	200	1.585
Direitos creditórios adquiridos	807	14.728	807	14.728
19.163	34.469	19.163	34.469	
(18.363)	(18.466)	(18.363)	(18.466)	
800	16.003	800	16.003	

28. Custos e despesas operacionais	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Incum - cana-de-açúcar	(761.980)	(867.227)	(761.980)	(867.227)
Variação valor justo dos ativos biológicos	(25.747)	(27.703)	(25.747)	(27.703)
Outros insumos	(148.920)	(141.625)	(136.160)	(129.605)
Pessoal	(150.985)	(119.573)	(150.985)	(119.573)
Serviços de terceiros	(120.546)	(86.233)	(120.547)	(86.234)
Frete e carretos	(20.518)	(33.809)	(20.518)	(33.809)
Frete e carretos	-	-	-	-
- comercial	(142.555)	(125.487)	(142.555)	(125.487)
Depreciação e amortização	(249.866)	(200.851)	(249.890)	(200.884)
Produto para energia para	(151.213)	(12.806)	(178.125)	(58.412)
revelenda	(45.004)	(31.256)	(45.004)	(31.256)
Legais e associação	(1.326)	(432)	(1.326)	(446)
Manutenção de classe	-	-	-	-
Entressafra	94.008	98.084	94.008	98.084
Outros custos e despesas	(55.766)	(61.250)	(56.411)	(61.503)
(1.780.418)	(1.610.168)	(1.795.240)	(1.644.055)	
(1.564.927)	(1.425.333)	(1.579.080)	(1.458.919)	

O montante dos valores em dívida ativa é composto da seguinte maneira:

24. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos (Controladora e Consolidado)	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
PESA - Plano Especial de Saneamento de Ativos	18.156	18.156	18.156	18.156
Contas a pagar UPI Campestre	200	1.585	200	1.585
Direitos creditórios adquiridos	807	14.728	807	14.728
19.163	34.469	19.163	34.469	
(18.363)	(18.466)	(18.363)	(18.466)	
800	16.003	800	16.003	

Tributos estaduais	Tributos federais	Tributos trabalhistas e cíveis e outros	Total
-	194	11.676	11.870
-	(133)	(27.669)	(27.802)
-	(163)	(577)	(740)
-	5.373	55.038	60.411
-	5.998	4.666	10.664
-	(1.531)	(10.795)	(12.326)
-	89	989	1.078
-	5.687	4.849	10.536

(i) Referem-se a Parcelamentos Especiais celebrados com a Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo rompidos em dezembro de 2017; (ii) Autos de infração de ICMS lavrados pelo Fisco paulista reconhecidos em março de 2020 que questiona créditos sobre a aquisição de insumos utilizados nas atividades produtivas da Companhia; (iii) Plano especial de saneamento de ativos, proveniente da aquisição da UPI de Penápolis. Inscrição em dívida ativa devido ao rompimento de reparamento em março de 2018 e agosto de 2019. Embora cobrado pela Procuradoria da Fazenda Nacional, não consiste em dívida tributária. Atualizações realizadas pela taxa Selic. A administração está atualmente discutindo a inclusão do referido débito como crédito extraconcursal, no âmbito do plano de recuperação judicial. As movimentações da dívida ativa são as seguintes:

32. Eventos subsequentes Em 22/05/2024, a Companhia celebrou o acordo de Transação por Adesão conforme modalidade excepcional do artigo 43 da Lei nº 17.843 de 7/11/2023 e Edital de nº 1/2024, a qual prevê a possibilidade de transação de débitos inscritos em dívida ativa no Estado de São Paulo. A Lei passou a vigorar após 90 dias da sua publicação e disciplinada conforme edital publicado pela Procuradoria Geral do Estado de São Paulo - PGE, considerando os seguintes benefícios para esta modalidade: o O devedor deverá aceitar os termos e condições estabelecidos por edital publicado pela PGE com prazo de adesão até 29/04/2024, sendo esta modalidade exclusiva para débitos de ICMS, com os seguintes benefícios: o Desconto de 100% dos juros de mora; o Deduzidos os juros de mora, desconto de 50% da totalidade do débito remanescente. A aplicação dos referidos descontos não poderá implicar a redução do valor principal do imposto devido; o Pagamento de entrada em dinheiro de 5% do crédito final consolidado; o Parcelamento em 120 meses (O edital exige a apresentação de garantia do débito integral para a hipótese de pagamento em mais de 60 parcelas); o Utilização de créditos acumulados e de ressarcimento do ICMS, ICMS-ST e de créditos do produtor rural, próprios ou adquiridos de terceiros, devidamente homologados pela autoridade competente, para compensação da dívida tributária principal de ICMS, multa e juros, limitada a 75% do valor do débito; o Utilização de créditos líquidos, certos e exigíveis, próprios ou adquiridos de terceiros, constanciados em precatórios decorrentes de decisões judiciais transitadas em julgado e não mais passíveis de medida de defesa ou desconstituição, conforme reconhecidos pelo Estado, suas autarquias, fundações e empresas dependentes, para compensação da dívida principal, da multa e dos juros, limitada a 75% do valor do débito; o Possibilidade de inclusão de saldo de parcelamentos ordinários, especiais e de transação mas apenas em relação aos débitos inscritos em dívida ativa. A Clealco realizou todos os trâmites previstos para inclusão dos débitos possíveis, sendo: o Apresentação de requerimento preliminar da transação em 29/02/2024; o Apresentação do pedido de habilitação dos precatórios em 11/03/2024; o Apresentação de proposta(s) para adesão a transação em 25/04/2024; e o Pagamento do valor da entrada (5% do saldo após reduções) em 22 e 23/05/2024 (Celebração do acordo). Desta maneira, o saldo da dívida negociada foi de R\$ 323.350, que após a Transação o valor remanescente será de R\$ 96.696, com redução da dívida total de R\$ 226.554. Nos termos do item 76 "a" do Pronunciamento Técnico Contábil CPC 26, a Companhia considerou este evento como um evento subsequentemente que não origina ajustes de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 24 - Evento Subsequente.	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Receita de vendas de açúcar	1.380.256	1.123.299	1.380.256	1.123.299
Receita de vendas de etanol hidratado	485.836	528.066	485.836	528.066
Receita de vendas de diesel	-	32.739	-	32.739
Receita de energia	76.796	67.533	76.796	67.533
Receita de Crédito de Descarbonização - CBIO	27.649	19.086	27.649	19.086
Receita de vendas de cana-de-açúcar	56.303	20.539	56.303	20.539
Receita de bagaço de cana-de-açúcar	3.296	1.961	3.296	1.961
Receita de vendas de produtos agrícolas (i)	106.664	-	106.664	-
Outras receitas	2.793	6.935	2.793	6.935
2.139.593	1.767.419	2.172.332	1.820.622	

(i) Referem-se a Parcelamentos Especiais celebrados com a Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo rompidos em dezembro de 2017; (ii) Autos de infração de ICMS lavrados pelo Fisco paulista reconhecidos em março de 2020 que questiona créditos sobre a aquisição de insumos utilizados nas atividades produtivas da Companhia; (iii) Plano especial de saneamento de ativos, proveniente da aquisição da UPI de Penápolis. Inscrição em dívida ativa devido ao rompimento de reparamento em março de 2018 e agosto de 2019. Embora cobrado pela Procuradoria da Fazenda Nacional, não consiste em dívida tributária. Atualizações realizadas pela taxa Selic. A administração está atualmente discutindo a inclusão do referido débito como crédito extraconcursal, no âmbito do plano de recuperação judicial. As movimentações da dívida ativa são as seguintes:

Tributos diferidos ativos sobre: Prejuízos fiscais do Imposto de renda e base negativa da contribuição social	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Variação cambial	93.856	115.597	93.856	115.597
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas, para perdas com créditos de impostos e demais provisões (-) IR/CS diferidos não realizável	99.535	101.587	99.535	101.587
(57.448)	(55.691)	(57.448)	(55.691)	
279.953	309.337	279.953	309.337	

As ações trabalhistas decorrem de pedidos de horas extras, supressão do intervalo para refeição e descanso, horas "in itinere" (percurso), adicional de insalubridade e periculosidade, integração salarial em virtude do prêmio pago todo mês, reflexos das horas extras nas demais verbas, dentre outros pedidos. As reversões referem-se a baixa de processos encerrados. A Companhia tem outras ações de natureza tributária, cível e ambiental, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, nos montantes de R\$ 580.523 em 31/03/2024 (R\$ 536.253 em 31/03/2023) e, portanto, em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a constituição de provisão não é requerida para fazer face a estes processos. No geral, refere-se basicamente a processos tributários em discussão sobre a apropriação de créditos de PIS/COFINS, ICMS, discussões de IRPJ/CSLL, contribuição previdenciária, créditos IPI, dentro outros assuntos. A variação do valor de processos considerados como possíveis é resultado substancialmente de: (i) Aumento de processos de natureza tributária no montante de R\$ 46.321, ocasionado por atualizações e baixas de R\$ 39.597 e adições de novos processos de 6.724; (ii) Redução de processos de natureza cível no montante de R\$ 1.528, ocasionado por revisão da classificação de risco e baixas de R\$ 16.305 e R\$ 14.777 de adições de novos processos de risco e (iii) Redução pela baixa de processos de natureza ambiental no montante de R\$ 523. A Companhia possui depósitos judiciais no montante de R\$ 2.348 em 31/03/2024 (R\$ 6.329 em 31/03/2023). Refere-se substancialmente a depósito de processos judiciais de natureza trabalhista e depósito para cumprimento de ordem em agravo de instrumento. **26. Patrimônio líquido (Controladora)** (a) **Capital social** O capital social integralizado é representado por 51.232.924 ações ordinárias nominativas, no valor nominal de R\$ 1,00 cada uma. (b) **Dividendos** Os acionistas têm direito a um dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido do exercício ajustado, conforme estatuto social da Companhia. Os acionistas assinaram o Acordo de Acionistas datado de 19/07/2013 que determina que sejam excluídos da base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios as mudanças no valor justo dos ativos biológicos. (c) **Ajuste de avaliação patrimonial** É composto do efeito da adoção do custo atribuído para o ativo imobilizado em decorrência da aplicação do CPC 27 e ICP 10 na data de transição, deduzido do respectivo imposto de renda e contribuição social diferidos, e que vem sendo realizados mediante depreciação, alienação ou baixa dos ativos que lhe deram origem. (d) **Lucro líquido básico e diluído por ação** A tabela abaixo reconcilia o lucro líquido do exercício com valores usados para calcular o lucro líquido básico e diluído por ação:

30. Resultado financeiro	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Receitas financeiras	735.878	9.494	735.878	9.501
Ajuste a valor presente (i)	5.146	816	5.269	816
Juros s/ aplicações	169	47	170	47
Descontos obtidos (ii)	18.328	291	18.328	291
Parcelamentos de tributos	3.239	-	3.239	-
762.760	10.648	762.884	10.655	

Os termos dos contratos têm vigência de até cinco anos, sendo a maioria renovável ao fim do exercício. Os valores a serem desembolsados em função destas operações serão determinados a cada encerramento de safra ou da colheita, pelo preço da tonelada de cana-de-açúcar estabelecido pelo modelo definido em cada contrato. As toneladas de cana-de-açúcar, relacionadas aos contratos vigentes, são estimadas da seguinte forma:

31. Compromissos de compra e venda	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
PEP Rompidos (i)	113.654	98.878	113.654	98.878
PEP Rompidos (ii)	72.064	85.051	72.064	85.051
PESA (iii)	130.166	121.169	130.166	121.169
ICMS mensal inscrito em dívida ativa	26.167	26.909	26.167	26.909
ICMS Auto de Infração Petrocana	-	-	-	-
IPVA	-	-	-	-
Multas ambientais	2.241	2.		